



## MULHER PRETA: A DOR QUE TRANSCENDE O CORPO-ANÁTOMO

## BLACK WOMAN: THE PAIN THAT TRANSCENDS THE BODY-ANATOMO

Camila de Freitas Moraes<sup>1</sup>  
Cristine Jaques Ribeiro<sup>2</sup>  
Carla Silva de Avila<sup>3</sup>

### RESUMO

O presente artigo objetiva problematizar o processo imposto pela colonialidade aos corpos das mulheres negras e que permanece nos dias de hoje. Para isso, utiliza a produção oriunda do feminismo negro, como a de Grada Kilomba, Sueli Carneiro e Patrícia Hill Collins, que tentam romper com a construção da narrativa eurocêntrica sobre esses modos de existência. Para tanto, a dororidade será a lente que orientará tal problematização. Analisar como as dores produzidas nos processos racializados marcam e determinam o direito de existir das mulheres negras é a linha condutora deste trabalho. Portanto, a metodologia utilizada é qualitativa através da pesquisa bibliográfica, em que as categorias centrais se apresentam durante a analítica.

**PALAVRAS-CHAVE:** Dororidade. Racismo. Violência.

### ABSTRACT

This article aims to discuss the process imposed by coloniality on the bodies of black women and which remains today. To do so, it uses production from black feminism such as Grada Kilomba, Sueli Carneiro and Patricia Hill Collins, who try to break with the construction of the Eurocentric narrative about these modes of existence. For that, the “dodoridade” will be the lens that will guide such problematization. Analyzing how the pains produced in racialized processes mark and determine the right to exist of black women is the guideline of this work. Therefore, the methodology used is qualitative through bibliographic research where the central categories are presented during the analysis.

**KEYWORDS:** Dororidade. Racism. Violence.

<sup>1</sup> Doutoranda em Política Social e Direitos Humanos (UCPEL); Mestra em Política Social e Direitos Humanos pela Universidade Católica de Pelotas (UCPEL). Pesquisadora e Participante do Grupo de Estudo: Questão Agrária, Urbana e Ambiental/ Observatório Conflitos da Cidade. Graduada em Psicologia pela Escola Superior da Amazônia (2015). Psicóloga Clínica atuando na Clínica Privada desde agosto de 2015 (até o momento atual); Formação na Clínica psicanalítica na Escola de Estudos Psicanalíticos Freud Lacan na cidade de Caxias do Sul, RS; Especialista em Saúde Mental pelo Centro Universitário da Serra Gaúcha - FSG (2018). E-mail: camilapsi.moraes@yahoo.com.br.

<sup>2</sup> Graduação em Serviço Social pela Universidade Católica de Pelotas (1997). Mestrado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2000). Doutorado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2007). Professora Adjunta da Universidade Católica de Pelotas. Atualmente coordena o grupo de estudos e pesquisa Questão Agrária, Urbana e Ambiental e Observatório dos conflitos da Cidade vinculados ao Curso de Serviço Social e Pós-graduação em Política Social e Direitos Humanos da Universidade Católica de Pelotas. Coordena o Fórum em Defesa da Soberania e Segurança Alimentar no município de Pelotas. E-mail: cristinejrib@gmail.com.

<sup>3</sup> Doutoranda no Programa de Pós Graduação em Política Social e Direitos Humanos/UCPEL. Mestra em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Pelotas (2011). Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Pelotas (2006). Atualmente é professora de Sociologia no Curso de Serviço Social na Universidade Católica de Pelotas. Coordenadora do Projeto de Extensão Relações Étnico-Raciais da Universidade Católica de Pelotas. É Tutora à Distância no Curso de Filosofia da UFPEL e Professora da Rede Estadual de Ensino. E-mail: sociocarla@gmail.com.



## 1 INTRODUÇÃO

Perceber as construções sociais pela racialização dos corpos nos implica a questionar conceitos e ações construídas no campo de atuação política do movimento de mulher. Uma dessas construções está no uso da noção de sororidade enquanto relação de amizade, cumplicidade e cuidado com que as mulheres devem ter consigo e em coletivo. No entanto, quando transpomos essas mesmas questões para pensar os corpos negros, cuja cor melaninada vem antes do gênero e que demarca uma outra posição social, política, cultural e subjetiva, o que se percebe é que as especificidades desses corpos não perpassam o coletivo a que se propõe os movimentos feministas que incluem a “sororidade” enquanto um de seus princípios basilares, haja vista que, saindo do pressuposto que a sociedade está ordenada a partir da supremacia branca, o corpo da mulher negra parece não ser contemplado com a questão em voga.

Nesse aspecto, a finalidade deste artigo é mostrar que o racismo é um grave problema que ocorre na sociedade contemporânea por justamente ter, como base, os resquícios do colonialismo e da violência orquestrada pelos poderes hegemônicos que, coaptados pelo capitalismo, tendem a manter os corpos negros em posições de subalternidade e em espaços de marginalização. Porquanto, é a partir do conceito de Vilma Piedade (2017) sobre a noção de dororidade, que o “corpo da mulher negra” aqui será apreendido, sobremaneira, dando ênfase ao fato desse corpo ser aquele que faz laço com o social e, por extensão, que transcende o anátomo.

A afirmação de que a dororidade é uma dor que só as mulheres negras reconhecem parte do pressuposto de que esse corpo é atravessado pelo racismo e que contigualmente tem sido (re)construído por processos de assujeitamento, precarização e mortificação, contrapondo-se, portanto, à noção de sororidade, já que, nesse sentido, esta não alcança a experiência vivida pelas mulheres negras em seu existir enquanto corpo, considerando que a historicidade, a política, a cultura e tudo que enlaça com o social, a partir da “sororidade”, parece não dar conta das vicissitudes que transversalizam os corpos femininos negros.

A discussão proposta busca elucidar de que forma o racismo se materializa por intermédio de questões que transversalizam os corpos femininos. Parte-se da percepção dos resquícios do colonialismo presente no significante racial como base produtora da colonialidade de gêneros subalternizados. Para tanto, ainda se busca, por meio de um estudo bibliográfico reflexivo, disponibilizar elementos constituintes de um pensamento crítico que auxilie no processo de denúncia e construção de reflexões que caminhem ao encontro de um diálogo e de uma postura social e epistêmica descolonial.



## 1.1 Reflexos coloniais sobre o corpo da mulher negra

Ao transpormos as questões da dor correlatas ao corpo negro, salienta-se que, a partir da fusão do racismo e do sexismo enquanto estruturas sociais que se fundam no colonialismo e que se reiteram na contemporaneidade, os indicadores socioeconômicos, psicológicos e culturais sobrepõem a mulher negra num não lugar, haja vista que ela se encontra sempre atrás do homem branco, da mulher branca e do homem negro e isso se dá, segundo Lima (2005), devido à persona da mulher negra adentrar na história vinculada à escravidão, pela via da desvalorização estética, cultural, intelectual e, conseqüentemente, de gênero. Ações que retratam as conseqüências de estruturas que Patrícia Hill Collins (2019) chama de matriz de dominação do modo de produção capitalista que afeta de forma distinta os corpos de mulheres negras.

Conceituações essas que, atreladas ao patriarcado, não só naturalizam, bem como reforçam o ideal de subalternidade e a associação de força e resistência das mulheres negras diante da dor, visto que, ao serem construídas de maneira sócio-histórica pela via da animalização de seus corpos, foram assim consideradas mais fortes e ágeis e, por extensão, passíveis de aguentar as chibatadas, os estupros e a venda de seus filhos. Portanto, com isso, denota-se que, ao "cristalizar a imagem do estado de escrava enquanto um corpo passível de tudo suportar, essa se tornou uma das formas mais eficazes de violência simbólica que contigüamente transversaliza o corpo da mulher negra" (LIMA, 2005). Nesse mesmo aspecto, Nascimento (2009) sinaliza:

A mulher negra na sua luta diária durante e após a escravidão no Brasil foi contemplada como mão de obra, na maioria das vezes não qualificada. Num país em que só nas últimas décadas desse século, o trabalho passou a ter o significado dignificante o que não acontecia antes, devido ao estigma da escravatura, reproduz-se na mulher negra "um destino histórico". É ela quem desempenha em sua maioria os serviços domésticos, os serviços em empresas públicas e privadas recompensadas por baixíssimas remunerações. São de fato empregos onde as relações de trabalho evocam as mesmas da escravocracia (NASCIMENTO, 2009, n.p).

Dando continuidade à problematização dos estereótipos acerca da mulher negra, observou-se que, no território brasileiro, só no ano de 2015, a taxa de homicídio por agressão apresentada pelo Diagnóstico dos Homicídios no Brasil foi cerca de 68,8%, sendo as vítimas, em potencial de agressão física seguida de morte, as mulheres negras. Já as mulheres brancas equivaliam a 31,2% das agressões e mortes. O estudo estatisticamente demonstra que mulheres negras têm maiores chances de terem suas vidas ceifadas em comparação às mulheres brancas (ENGEL, 2015).



E, não obstante, quando se traz à baila a saúde da mulher negra e as questões reprodutivas, o materno para essas mulheres associa-se ao genocídio e à violência obstétrica, pois a função estratégica do Estado brasileiro passa pela compreensão colonial de que o corpo negro feminino “suporta dor”, que essas são mulheres boas “de parir”. Assim, acabam colocando-as em risco de morte, justamente por elas não obterem os mesmos cuidados médicos e doses medicamentosas necessárias na hora do parto cesáreo, por exemplo. Vale mencionar que, só no ano de 2000, a morte de mulheres negras em função da violência obstétrica é de 6,6 vezes maior em comparação às mulheres brancas, além dessa forma de violência abranger abusos que podem estar relacionados ao não exercício da autonomia da mulher negra no que condiz ao seu corpo, aos abusos psicológicos, à negação do atendimento médico, seja no pré-natal, seja na busca por um leito na hora do parto, além dos comentários que ridicularizam ou potencializam a instabilidade emocional desta. Tem-se, portanto, aqui, alguns dos exemplos de como o racismo atravessado pelas questões de gênero se apresenta no corpo da mulher negra (ENGEL, 2015).

Por sua vez, Costa (1986) afirma que o racismo atravessa a dimensão das instituições e da vida cotidiana de maneira a adoecer não só o corpo anátomo, mas também a subjetividade do negro. De acordo com o autor, a ideologia racista, ao tomar o modelo idealizado de branquidão, mais do que lançar a mulher negra para espaços marginais e desiguais na sociedade, define-a enquanto inferior e, assim, precariza as condições de sua existência de maneira a adoecê-la em todos os âmbitos, uma vez que o racismo se reconfigura pela via da violência e da opressão, atingindo outras formas de infligir dor. Dessa maneira, as chibatadas, na contemporaneidade, podem vir a assumir a materialidade da “bala” que atinge o crânio do jovem negro periférico, impedindo que a mulher negra, ocupante do lugar materno, seja passível de viver o luto, pois viveria em constante ameaça e adoecimento psíquico perante o medo da morte iminente de seus filhos e diante da violência policial e estatal que toma o corpo negro como alvo. Nesse aspecto, Carneiro (2003) explana que: “o útero da mulher negra não tem valor” (p. 208) e, assim, as mulheres negras vivenciam a política de morte que tem, como único resultante, a dor.

Flauzina (2006) ainda faz um importante destaque acerca da violência estatal atravessada pelo racismo: “O sistema penal brasileiro e toda sorte de episódios violentos que dele decorrem têm servido como instrumentos estratégicos na materialização de uma política genocida no Brasil, ancorada em grande medida nas intervenções policiais.” (p.116).

Tendo em vista esse cenário, é importante pontuar quais são os lugares sociais ocupados pelas mulheres negras no campo socioeconômico. Para tanto, ao se supor que as marcas coloniais de outrora se reinventam na contemporaneidade e demarcam lugares distintos para mulheres negras, nesse aspecto, pode-se pensar que a máscara usada pelos negros escravizados no período



colonial, metaforicamente, apresenta-se pelo viés da fome, em que a população negra tem sido (re)lançada nas disparidades socioeconômicas que aprisionam mulheres negras no desemprego ou no subemprego, ou seja, com a exploração da mão de obra, e na escassez de sua materialidade para sobrevivência do corpo anátomo. Assim, elas são silenciadas, amordaçadas e negligenciadas.

Sobre isso, Flauzina (2006) afirma que a dimensão racial da pobreza e da riqueza no Brasil está estampada de maneira flagrante e se vê atravessada por questões de gênero, haja vista que, em sua maioria, são as mulheres negras as responsáveis pela manutenção e sustento do lar. Ao transpormos todas essas questões que transversalizam os corpos das mulheres negras, apreendemos que as desigualdades de gênero não são suficientemente capazes de analisar tais nuances, tendo em vista que o racismo, enquanto marca deletéria, não só baliza essas mulheres pela via da mortificação, como potencializa a dor de suas próprias existências.

O feminismo que tem como base a compreensão de sororidade, ao não pôr em voga as especificidades das vivências dos corpos não brancos, não só corrobora com a despotencialização da vida das mulheres negras, como, também, com a manutenção do racismo e do sexismo por meio dos corpos destas. E assim, descapitaliza-se a vida e qualquer possibilidade de existência e, por isso, a sororidade parece não dar conta da negritude/pretidade que marca o corpo da mulher negra, corpo este, ao qual sempre chega antes de qualquer outra opressão, haja vista que é a cor que demarca e suplicia o corpo enegrecido pelo viés da morte, da dor e da aniquilação e isso contiguamente se dá porque os negros, e especialmente as mulheres negras, nunca estarão de fato livres em uma sociedade cuja base é colonial-escravocrata e patriarcal.

Para tanto, Carneiro (2003) explana:

Nós, mulheres negras, fazemos parte de um contingente de mulheres, provavelmente majoritário, que nunca reconheceram em si mesmas esse mito, porque nunca fomos tratadas como frágeis. Fazemos parte de um contingente de mulheres que trabalharam durante séculos como escravas nas lavouras ou nas ruas, como vendedoras, quituteiras, prostitutas... Mulheres que não entenderam nada quando as feministas disseram que as mulheres deveriam ganhar as ruas e trabalhar! Fazemos parte de um contingente de mulheres com identidade de objeto. Ontem, a serviço de frágeis sinhozinhos e de senhores de engenho tarados. São suficientemente conhecidas as condições históricas nas Américas que construíram a relação de coisificação dos negros em geral e das mulheres negras em particular [...]. Portanto, para nós se impõe uma perspectiva feminista na qual o gênero seja uma variável teórica (CARNEIRO, 2003, p. 50).

Por isso, para as mulheres negras, o que está em voga é a dororidade, pois, contém as sombras, o vazio, a ausência, as falas silenciadas, a dor causada pelo racismo. “E essa Dor é Preta” (PIEIDADE, 2017, p. 16). E, a partir dessa percepção, a autora nos chama atenção para a dor, ou seja, é a dororidade que atravessa o físico e faz laço com o emocional e o social.



Portanto, ao pensar a mulher negra e o modo como fora construída enquanto um não ser, pode-se supor que, quanto mais preta for a cor da sua pele, maior será a sua dor e, por isso, a sororidade apreendida enquanto cumplicidade e irmandade não é capaz de dar conta do corpo da mulher negra que, diante a hierarquização social, sempre está atrás das mulheres brancas, sendo as negras sobrepostas e relegadas nesse jogo social perverso que produz o racismo pela via do sofrimento, da aniquilação e das perdas. Aqui, pode-se traçar um diálogo com Alessandra Devulsky (2021) ao tratar do tema do colorismo. A autora, em diálogo com os escritos de Alice Walker, enfatiza que essa variação de cor e sentidos dada ao corpo negro serve como “bloqueadores das vias de libertação do povo negro.” (p. 68).

A cor da pele influência nos processos de ser e viver enquanto mulheres. Visto que, perdem-se os filhos, perde-se a vida, perde-se a possibilidade de maternar e, assim, mulheres negras perdem a possibilidade de existir, pois o racismo atrelado ao gênero vem antes de quaisquer opressões e, por isso, torna-se urgente transcender o debate e descolonizar o feminismo que tem como pauta a sororidade, já que o conceito isolado de gênero, sem os atravessamentos raciais, tende a apenas dialogar com a dor advinda do colonialismo e do patriarcalismo, sendo estes os gerenciadores e mantenedores das dores das mulheres pretas. Descolonizar no sentido de perceber o papel da raça nos processos de dominação social, de gênero e sexualidade.

## 2 A DOR DO RACISMO SENTIDA NO CORPO

**24 de julho.** Como é horrível levantar de manhã e não ter nada para comer. Pensei até me suicidar. Eu suicido-me é por deficiência de alimentação no estômago. E por infelicidade eu amanheci com fome. Os meninos ganharam uns pães duro, mas estava recheado com pernas de barata. Joguei fora e tomamos café. Puis o feijão para cozinhar (...). (JESUS, 2014, p. 99)

Grada Kilomba (2019), em seu livro “Memórias da Plantação: episódio de racismo cotidiano”, apresenta narrativas das vivências e traumas causados pelas situações de racismo. Em um desses casos, trata-se da associação do suicídio ao isolamento causado pelo racismo, “o suicídio negro representa a perda de si” (KILOMBA, 2019, p.188). A vontade de suicidar-se é um constante na narrativa de Carolina de Jesus (2014). Grada Kilomba (2019) apresenta a narrativa de mulheres negras em contexto europeu, já Carolina de Jesus (2014) apresenta sua realidade de mulher preta e em situação de extrema vulnerabilidade. Cruzamentos de situações resultantes do projeto colonial e que afetam a existência e sobrevivência de corpos negros em contexto de diáspora africana.

Os escritos de Carolina Maria de Jesus (2014) denunciam as atrocidades vivenciadas num Brasil em implementação de um modelo de capitalismo dependente carregado pela estrutura

colonial de dominação. Realidade descrita por sua narrativa de fome, segregação racial e espacial destinadas aos negros e negras no projeto de industrialização e modernidade do Brasil. Uma escrita que denuncia o projeto devasto destinado aos negros e negras que constrói uma narrativa a partir de um Brasil de Gilberto Freyre que ameniza as atrocidades vivenciadas na escravidão a partir da fundação de uma falsa democracia racial (ORTIZ, 2012). Carolina de Jesus (2014), com sua fome constante, com suas escritas viscerais, com o pão duro recheado com pernas de baratas doado a seus filhos, denuncia esse Brasil que passa fome. Carolina passou uma vida com dor no estômago, a dor resultante das articulações de diferentes matrizes de dominação que constituem a sociedade capitalista, bem como a sociedade brasileira.

Patrícia Hill Collins (2019) apresenta uma teoria crítica a partir da produção escrita das mulheres negras narrando, assim como fez Carolina, a sua experiência. Collins (2019) apresenta a matriz de dominação pela interseccionalidade de classe, gênero e sexualidade. O *outsider within* como um lugar que, além de ser alvo de múltiplas vulnerabilidades, propicia a construção crítica de análise da realidade social.

Esse status de *outsider within* tem proporcionado às mulheres afro-americanas um ponto de vista especial quanto ao self, à família e à sociedade. Uma revisão cuidadosa da emergente literatura feminista negra revela que muitas intelectuais negras, especialmente aquelas em contato com sua marginalidade em contextos acadêmicos, exploram esse ponto de vista produzindo análises distintas quanto às questões de raça, classe e gênero. (COLLINS, 2019, p.100).

O lugar de percepção da realidade social o qual as mulheres negras se encontram, ou o *outsider within* é marcado pela dororidade. Narrativas escritas pelo pesar do racismo, “das violências que nos atingem a cada minuto” (PIEIDADE, 2017, p.14). A violência estruturante e estrutural que se transformou num hábito nos tratamentos aos corpos não brancos. Violência estrutural mantida e reproduzida pelas construções narrativas da falsa democracia racial no país. Silêncios estruturais e estruturantes que permeiam desde as mais conservadoras correntes de pensamento até mesmo a própria teoria crítica pensada por teóricos não negros. Carolina apresenta em sua narrativa, na dor de seu corpo, o resquício dessa violência estrutural e racial, pois:

A violência social brasileira aparece em *Casa de Avenaria* de maneira bem mais sutil do que em *Quarto de Despejo*. A “narradora-autora-personagem” é a mesma, mas o espaço de atuação é outro e os personagens com os quais convive também. Quando nos propusemos analisar a violência inerente às relações sociais brasileiras, especialmente no que concerne às relações de gênero, a ideia era entendê-la, analisá-la a partir da maneira como a escritora a representa em sua obra. Nesse sentido, em cada texto há aspectos novos, contornos diferentes para antigas formas de dominação, que fazem de sua obra um instrumento rico para entendermos essa realidade. (SILVA, p.87, 2016)



Uma sociedade marcada e atravessada pela violência colonial que permeia várias esferas da vida social. Violência que atinge corpos de forma distinta, segregando e apontando humanidade a uns de acordo com a cor da pele, gênero ou sexualidade. O racismo, como um sistema que opera múltiplas opressões, atravessa gerações de mulheres negras no Brasil que não aceitaram o lugar de subalternidade que lhes foi destinado.

A dororidade se configura como resíduo dessa violência colonial estrutural, estando contida nas narrativas de Carolina de Jesus (2014), assim como nas de tantas outras mulheres negras brasileiras. Atravessando quase um século da narrativa de Carolina de Jesus (2014), tem-se o caso da prisão de Preta Ferreira (2020), militante política do Movimento Sem Teto do Centro (MSTC), na cidade de São Paulo. Preta Ferreira (2020) é presa sem ter cometido crime algum. Sua prisão deu-se a partir de uma carta anônima, enviada pelo correio, acusando-a de extorsão e associação criminosa no que tange aos moradores de Ocupações das quais ela fazia parte. A partir da denúncia, Preta Ferreira (2020) é presa.

Eles sabiam que eu era inocente; segundo a polícia, eu só iria prestar um depoimento e ser libertada. No entanto foi o depoimento mais longo da história: fiquei 108 dias presa e mais dois meses em casa, sem poder sair em finais de semana e feriados durante a semana, eu podia sair das 6h às 18h. Se estivesse à noite na rua eu voltaria à prisão. (p.19)

Em seu livro “Minha Carne: Diário de uma prisão”, a ativista narra os dilemas de uma mulher negra em conflito com o sistema judiciário brasileiro. Uma mulher negra e militante contra uma denúncia anônima pelo correio. Pode-se questionar, então, de que forma o Estado alicerçado pela matriz colonial constitui a violência. Os pesos e medidas dados a uma carta anônima e à palavra de uma mulher negra. Essa é a sombra colonial, que fala Vilma Piedade (2017), contida no conceito de dororidade. Essa sombra que assombra com o medo que perpassa a todos os corpos de mulheres negras, como percebido na expressão e pensamento cotidiano: “Se aconteceu com ela, pode acontecer comigo”. Isso que compartilhamos. Sentimentos que não assombram os corpos brancos. E se Preta Ferreira fosse uma mulher branca? Será que seu depoimento duraria 108 dias? A autora ainda responde por crime organizado, uma mulher preta que luta por direitos. Uma mulher preta que carregará essa chaga por sua história.

Descobri na pele que a abolição é uma farsa — e descobri isso sendo torturada, sendo punida por fazer uma revolução acontecer, porque lutar por direitos constitucionais é fazer revolução. Em 108 dias de prisão, vivi muitos anos, vivi muitas coisas que não desejo a ninguém. Ser preso tem muito peso, tem muito fardo. Agora tenho feridas que nunca mais vão cicatrizar. Tento pensar que tudo isso levou para um plano de evolução que eu nunca imaginei: já enfrentei meu maior pesadelo e já saí viva, de cabeça erguida. (FERREIRA, 2020, p. 217)



Para Vilma Piedade (2017), a dororidade carrega, na sua definição, a dor sentida pela opressão de gênero que atinge a todas as mulheres. Essa dor, como já mencionada, é somática a outros conjuntos de opressões, conforme denúncia um conjunto de intelectuais negras brasileiras e norte-americanas, uma vez que, nas palavras da autora: “quando se trata de Nós, Mulheres Pretas, tem um agravo nessa dor. A Pele Preta nos marca na escala inferior da sociedade. E a Carne Preta ainda continua sendo a mais barata do mercado” (PIEIDADE, 2017, p.17).

A relação entre Carolina de Jesus (2014) e Preta Ferreira (2020) é verificada na dor escrita em seus corpos. Trajetórias registradas, a partir de suas experiências de sobrevivência a um projeto societário, traduzem o conceito apresentado por Vilma Piedade (2017) como um elo compartilhado pelas construções simbólicas que correspondem a uma matriz ideológica da dominação, apontada por Patrícia Hill Collins (2019) como controle de imagem. Um lugar forjado pela violência estrutural e simbólica que destinou Carolina de Jesus (2014) à fome e Preta Ferreira (2020) à prisão. Atos e situações que correspondem ao que Grada Kilomba (2019) chama de ferida aberta da colonização. A ferida que trata o sujeito negro como o conceito de “Outridade”, ou seja, um outro, não negro e não possuidor de humanidade. Naturalizando, dessa maneira, a permanência da violência como um *modus operandi* no trato com os descendentes de africanos. E, assim, é a contínua produção de conceitos que demarcam as distintas situações das mulheres: para as mulheres brancas a sororidade, portanto, quando a raça e a cor demarcam o corpo das mulheres pretas e tais demandas não são visibilizadas. Essas questões apenas retroalimentam um sistema que há séculos desumanizou corpos e, ainda hoje, atuam enquanto ferida colonial aberta e, por extensão, produzem dor, dororidade.

### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Problematizar a realidade social é considerar que a construção da sociedade atual se dá orientada pelo processo da colonialidade. Processo que racializou as relações baseadas no discurso moral sobre os comportamentos, o que significa uma moral oriunda da racionalidade europeia que vigia as lutas construídas no cotidiano por mulheres negras. Sejam lutas pela sobrevivência material, sejam pela participação política, sejam somente pelo fato de existir. Portanto, reconhecer a dororidade no corpo da mulher negra é reconhecer que a dororidade manifesta a negação do Estado Soberano no direito de existir.

O Estado de Morte, que decide a existência, utiliza equipamentos institucionais de violência contra a população negra e atinge diretamente as mulheres, pois, na sua maioria, são mães solas, trabalhadoras que tiveram o acesso escolar negado, sendo obrigadas, pela realidade social, a



trabalhar em tenra idade. Esse Estado é perceptível, também, quando mulheres negras são privadas de participar de atividades em estabelecimentos públicos ou organizações populares sem que cause desconfiança ou discriminação por parte da população branca.

A experiência compartilhada por Carolina Maria de Jesus (2014) e Preta Ferreira (2020) nos apresenta a violência estrutural e institucional a que essas mulheres foram expostas. Uma, pela negação da alimentação, que no Brasil é reconhecida pela constituição federal como direito social em 2010 e que ainda assombra a vida de muitas famílias na situação de fome e insegurança alimentar. A outra, pela privação de liberdade por suspeita de participar de uma organização comunitária que teria objetivo de informar e formar a população na busca por melhores condições de vida.

Considerando a dororidade que atravessa o corpo da mulher negra, podemos constatar que esse atravessamento é construído pelo racismo iniciado no período da colonização e que se mantém enquanto processo colonial nos dias de hoje. É possível afirmar que a categoria raça determina o direito de existir, como também, que a população diretamente afetada é composta por mulheres negras. Com isso, o gênero ainda é conduzido pelas lentes patriarcais que impedem as manifestações individuais e coletivas das mulheres.

Importante afirmar que o conceito de humano, construído nos diferentes processos históricos, é um conceito hegemônico e imposto de modo homogêneo para toda população. Noção que exclui os distintos processos vivenciados por corpos negros e não negros. Evocar esse humano não racializado é evocar a manutenção das desigualdades raciais, mesmo na luta das mulheres. Essa construção conceitual é eurocentrada e, portanto, não reconhece a população negra como ser, autorizando-se a decidir sobre quem morre ou quem deixam viver, como bem lembra Mbembe (2016). Talvez tenhamos que construir outro conceito para definir a existência, pois a racionalidade imposta, com origem desde a colonização, não reconhece a população negra como ser humano, porque ser humano seriam os seres que se enquadrassem ao perfil instituído pelo Império e, conseqüentemente, pelo capitalismo.

O que nos cabe é questionar quais são os desafios que estão postos para tentar coletivamente produzir relações de(s)coloniais. Como potencializar escritas que apresentem narrativas pulsantes? Defendemos que potencializar as narrativas e as lutas oriundas do sul global é o que desejamos. Narrativas que apresentem as cartografias desenhadas pelos modos heterogêneos de existência. Lutas que se constroem nas alianças criativas e inventivas pelas mulheres negras.

Por fim, desconstruir o conceito corpo a partir da razão que separa a consciência do restante. O corpo aqui registrado se apresenta na sua manifestação intempestiva, onde as dores



atravessam toda a construção de sua existência. Reverberar o discurso imposto pela colonialidade é o desafio que transita nesta discussão. Tornar verbo o que surge a partir de quem vive. Subverter o ordenamento imposto sobre os corpos foi o que sempre as mulheres negras fizeram no curso e no percurso de suas histórias.

## REFERÊNCIAS

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: **Racismos contemporâneos**. Ashoka Empreendedores Sociais e Takano Cidadania (Org.). Rio de Janeiro: Takano Ed, 2003, p. 48-59. (Coleção valores e atitudes. Série Valores; n° 1. Não discriminação).

COLLINS, Patrícia Hill. **Pensamento Feminista Negro: Conhecimento, Consciência e a política do empoderamento**. São Paulo: Boitempo, 2019.

COSTA, Jurandir Freire. **Violência e psicanálise**. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

DEVULSKI, Alessandra. **Colorismo**. São Paulo: Jandaíra, 2021.

ENGEL, Cíntia Liara. [et. al.]. **Diagnóstico dos homicídios no Brasil: subsídios para o Pacto Nacional pela Redução de Homicídios**. Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Segurança Pública, Brasil, 2015. Disponível em: [http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/Criminal/Investigacao\\_Criminal/Investigacao\\_Criminal\\_Estatisticas/RELATORIO-HOMICIDIOS-210x297mm-MJ-1.pdf](http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/Criminal/Investigacao_Criminal/Investigacao_Criminal_Estatisticas/RELATORIO-HOMICIDIOS-210x297mm-MJ-1.pdf). Acesso em: 30 jul. 2021.

FERREIRA, Preta. **Minha Carne: diário de uma prisão**. São Paulo: Boitempo, 2020.

FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. **Corpo negro caído no chão: o sistema penal e o projeto genocida do Estado brasileiro**. 2006. 145f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Pós-Graduação em Direito, Universidade de Brasília, Brasília, 2006. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/5117>. Acesso em: 14 jul. 2021.

JESUS, Carolina Maria. **Quarto de Despejo: diário de uma favelada**. São Paulo: Ática, 2014.

KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação: episódio de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LIMA, Heloisa Pires. Personagens negros: um breve perfil na literatura infanto-juvenil. In: MUNANGA, Kabengele (Org.). **Superando o Racismo na Escola**. 2. ed. Brasília: Ministério de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005, p. 101-106.

MBEMBE, Achille. Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. **Revista Arte & Ensaios**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 32, p. 123-151, dez. 2016.



NASCIMENTO, Beatriz. A mulher negra e o amor. **Portal Geledés**. Mai. 2009. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/a-mulher-negra-e-o-amor/>. Acesso em: 28 jul. 2021.

ORTIZ, Renato. **Cultura Brasileira e Identidade Nacional**. São Paulo: Cortez, 2012.

PIEIDADE, Vilma. **Dororidade**. São Paulo: Nós, 2017.

SILVA, Eliane da Conceição. **A violência social brasileira na obra de Carolina Maria de Jesus**. 2016. 224f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação Ciências Sociais da Faculdade de Ciências e Letras, Unesp/Araraquara, 2016.

**Enviado em: 27/08/2021**  
**Aprovado em: 29/12/2021**

**Página 14**